

Prevenção

Vacina contra HPV mostra proteção duradoura

Um estudo populacional realizado na Escócia traz novas evidências de que os efeitos da vacinação contra o papilomavírus humano, o HPV, são duradouros. A pesquisa acompanhou mais de 270 mil mulheres por até 12 anos após a imunização e mostrou uma redução sustentada das lesões cervicais de alto grau, alterações pré-cancerígenas diretamente ligadas ao risco de evolução para o câncer de colo do útero.

Essa doença ainda representa um importante problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Por aqui, é o terceiro tipo de câncer mais incidente em mulheres, com 17.010 casos novos estimados por ano, no triênio 2023-2025, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca). Além do rastreamento, a vacinação contra o HPV vem se consolidando como a principal estratégia para prevenir não só o câncer, mas também as lesões que antecedem a doença, já que o vírus é o principal causador dessas condições.

Publicado em novembro no *International Journal of Cancer*, o estudo escocês mostra que mulheres vacinadas ainda na adolescência, especialmente entre 12 e 13 anos, apresentaram uma queda expressiva na incidência das chamadas lesões de alto grau (NIC 2 e NIC 3), que representam a maioria dos casos que, se não tratados a tempo, podem evoluir para a doença.

Segundo o estudo, a proteção da imunização se manteve ao longo do período avaliado, alcançando até 12 anos após a vacinação. “Esses dados confirmam a durabilidade da proteção da vacina”, afirma a ginecologista Renata Bonaccorso Lamego, do Einstein Hospital Israelita. (Agência Einstein)



ADOBE STOCK

Vacinar mais cedo

Os resultados apontam que há uma diferença importante na proteção quanto mais cedo a pessoa for vacinada. Mulheres imunizadas mais novas tiveram os maiores benefícios, enquanto aquelas vacinadas após os 18 anos não apresentaram redução significativa das lesões no acompanhamento populacional. “As evidências já mostram que quanto mais cedo for aplicada a vacina, maior a proteção. Isso se deve à resposta imunológica da criança e do adolescente, que é melhor do que a do adulto, além do fato de a maioria ainda não ter tido contato com o vírus”, explica a ginecologista.

Em mulheres mais velhas e que já tiveram contato com o vírus, a vacina pode ajudar a reduzir o risco de recorrência após tratamento de lesões.

“Por isso, esse achado do estudo [de não observar benefício da vacinação após os 18 anos] não deve ser interpretado como a vacina não funcionando em mulheres acima dessa faixa etária”, observa a médica do Einstein. “Na prática clínica, a gente acredita que as vacinas também funcionem em mulheres mais velhas, claro que não da mesma maneira.”

O Ministério da Saúde expandiu a imunização para adolescentes de 15 a 19 anos nas chamadas campanhas de resgate, destinada àqueles que não receberam o imunizante na idade recomendada. A iniciativa seria encerrada em dezembro, mas foi prorrogada até a próxima Campanha de Vacinação nas Escolas, que ocorre geralmente em abril. O objetivo é alcançar cerca de 7 milhões de jovens nessa faixa etária que estão desprotegidos.

Cobertura vacinal avança no Brasil

O painel de cobertura vacinal no Brasil aponta que o País chegou a atingir 84,94% das meninas e 73,25% dos meninos de 9 a 14 anos,

avanço importante em relação aos anos anteriores.

O desafio agora é manter e ampliar esses índices de forma

Não substitui exames

Embora a imunização seja uma proteção contra as lesões mais graves causadas pelo HPV, isso não significa que o rastreamento pode ser abandonado. No Brasil, houve uma mudança na política de rastreamento: em agosto, o Ministério da Saúde anunciou que o teste molecular do HPV passou a ser incorporado no Sistema Único de Saúde (SUS) como exame principal e deverá substituir o papanicolau gradativamente. Por enquanto, a tecnologia está sendo oferecida em 12 Estados, entre eles, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

Além de oferecer maior sensibilidade diagnóstica, esse modelo reduz a necessidade de exames e intervenções desnecessárias, ao permitir intervalos mais longos entre as coletas quando o resultado é negativo. “O teste de HPV é mais sensível do que o papanicolau. Se vier negativo, a mulher pode repetir o exame apenas após cinco anos, o que representa uma mudança na política pública que faz muito mais sentido”, comenta a ginecologista.

Até então, o rastreamento era feito apenas por meio do papanicolau, um exame em geral incômodo para as mulheres. Com a nova técnica, exames mais invasivos, como colposcopia e biópsia, ficam restritos às mulheres com infecção persistente ou alterações detectadas.

Anvisa e MPF assinam acordo para combater cigarros eletrônicos

ADOBE STOCK



Ações conjuntas visam inibir uso dos vapes

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério Público Federal (MPF) assinaram acordo com o objetivo de intensificar ações de fiscalização e fortalecer o enfrentamento ao comércio ilegal de dispositivos eletrônicos para fumar, popularmente conhecidos como cigarros eletrônicos ou vapes.

Em nota, a Anvisa informou que o acordo visa garantir o cumprimento

da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 855/2024, que proíbe a fabricação, a importação, a comercialização, a distribuição, o armazenamento, o transporte e a propaganda de cigarros eletrônicos em território nacional.

O acordo terá vigência inicial de cinco anos, com reuniões periódicas entre as equipes responsáveis. Não há previsão de transferência de recursos entre as partes. (AE)

Entenda

Entre as medidas previstas no acordo está o compartilhamento sistemático de informações técnicas e de dados sobre fiscalizações realizadas em ambientes físicos e virtuais.

Caberá à Anvisa fornecer subsídios técnicos e informações sobre as ações do Sistema Nacional de Vigilância

Sanitária, enquanto o MPF fará a apuração das infrações identificadas e a articulação com outros órgãos de controle.

A parceria prevê ainda o desenvolvimento de ações de comunicação e sensibilização sobre riscos associados ao uso de cigarros eletrônicos como parte de estratégias de proteção à saúde pública.

São Paulo registra nove casos de raiva em morcegos

O Estado de São Paulo registrou nove casos de raiva em morcegos do início de 2026 até o último dia 4. São dois registros na capital (9 de janeiro e 2 de fevereiro), dois em São José do Rio Preto (8 de janeiro e 15 de janeiro) e dois em Jundiá (13 de janeiro e 22 de janeiro); enquanto Piracicaba (15 de janeiro), Cotia (19 de janeiro) e Sorocaba (21 de janeiro) confirmaram um caso cada.

O instituto alerta que as pessoas não devem tentar manusear os animais silvestres encontrados em ambiente urbano. O correto é entrar em contato com os serviços municipais de saúde para a adoção das medidas necessárias. Em caso de acidentes envolvendo o animal (como mordidas), a pessoa deve procurar imediatamente um serviço de saúde. (AE)



Veja mais notícias
sobre saúde em
abcmails.com.br/saude